

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Reunião de instalação	Nº 1243/99	DATA: 17/11/99
DURAÇÃO: 1h43min	PÁGINAS : 31	QUARTOS: 21
REVISORES:		
SUPERVISORES: MARIA LUIZA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SUMÁRIO: Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar reajustes dos preços de medicamentos, falsificação de medicamentos, materiais hospitalares e insumos de laboratórios; e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.
OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . A reunião foi suspensa à pág. 2 Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados. Consider (?) - pág. 25

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que foi convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para instalação da Comissão e Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. Na forma do art. 39, § 4º do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos, e declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar os reajustes de preços, falsificação de medicamentos, materiais hospitalares e insumos de laboratórios. Solicito aos senhores representantes dos diversos partidos que procedam ao registro junto à Mesa, individualmente ou por chapa, dos candidatos ao cargo de Presidente, Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes da Comissão, na forma do art.7º, inciso I do Regimento Interno. Esclareço que já se encontra na Mesa... A Mesa já tem indicações do PSDB, do Deputado Nelson Marchezan para Presidente, e do Terceiro Vice-Presidente, Arnaldo Faria de Sá, do PPB; e ainda sem a formalização, mas a Mesa tem ciência e considerará como válida, se chegar até o final desta reunião, a indicação do Deputado Geraldo Magela, do PT, para Segundo Vice-Presidente. Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de dezoito Deputados titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência, assinado pelo eminentíssimo Deputado Michel Temer, onde estabelece o prazo de 120 dias, a contar de sua constituição, para a conclusão dos trabalhos, e convoca os membros designados para a reunião de instalação, que se realiza agora no Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados. O **quorum** exigido para a eleição dos cargos desta Comissão é de dez Deputados — maioria absoluta. Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião. Lembro a todos que esta reunião está sendo gravada, e solicito aos Srs. Deputados que desejarem fazer uso da palavra que declinem os seus nomes, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Antes de iniciar o processo de votação, desejo esclarecer a V.Exas. que, por acordo de Lideranças, encontram-se na cabine de votação as cédulas já indicadas e referidas para os cargos de Presidente, Segundo Vice-Presidente e Terceiro Vice-Presidente. Há ainda cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidente, caso a escolha não recaia nos nomes indicados. À medida em que forem sendo chamados, os Srs. Deputados assinarão a folha de votação, e de posse da sobrecarta devem dirigir-se à cabine, selecionar a cédula, colocando-a no envelope, o qual será depositado

nesta urna. Convido o eminente Deputado Neuton Lima para auxiliar a Presidência durante o processo de votação. Solicito que V.Exa. proceda à chamada dos membros titulares, e em seguida, à dos suplentes, até que se complete o número da referida bancada. Está iniciada a votação, com a chamada dos membros, para que procedam à sua escolha, na forma já indicada. Devo esclarecer ao Plenário que acaba de chegar a confirmação do Partido dos Trabalhadores do nome do Deputado Geraldo Magela para Segundo Vice-Presidente. Inicia-se a chamada para a votação.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Titulares: Deputado Medeiros; Deputado Neuton Lima. Sr. Presidente, em virtude de não termos aqui ainda a cédula devidamente preenchida com os nomes, pois a homologação do PT deu-se agora, no presente momento, eu solicitaria a suspensão dos trabalhos por três minutos, cinco minutos, para que viessem essas cédulas, para que nós pudéssemos começar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Os trabalhos ficam suspensos até que cheguem essas cédulas à Mesa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado.

(Reunião suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Está reaberta a sessão. Passo a palavra ao Deputado Neuton Lima, para que proceda à chamada da votação.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Deputado Medeiros. Vamos proceder à votação, Sr. Deputado. Deputado Ney Lopes (Pausa.); Deputado Robson Tuma (Pausa.); Deputado Flávio Derzi, PMDB (Pausa.); Deputado Luiz Bittencourt, PMDB (Pausa.). Deputado Salatiel Carvalho (Pausa.).

(Não Identificado)- E o Ney vai ser o Relator.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Chamamos agora os Deputados do partido do PSDB. Deputado Carlos Mosconi (Pausa.). Deputado Nelson Marchezan (Pausa.). Deputado Vicente Caropreso (Pausa.). Partido dos Trabalhadores: Deputado Arlindo Chinaglia (Pausa.). Deputado Geraldo Magela (Pausa.). Partido Progressista Brasileiro, PPB: Deputado Arnaldo Faria de Sá (Pausa.); Deputado José Linhares (Pausa.). Partido Trabalhista Brasileiro, PTB: Deputado Iris Simões (Pausa.). Partido Democrático Trabalhista, PDT: Deputado Alceu Collares (Pausa.). Bloco PSB/PCdoB: Deputada Vanessa Grazziotin (Pausa.). Bloco

PL/PST/PMN/PSD/PLS: Deputado Bispo Wanderval (Pausa.). Sr. Presidente, esses Deputados, a listagem, a lista dos titulares, chamamos todos. A não ser que tenha alguém aqui do PMDB... Não está presente nenhum: Flávio Derzi, Luiz Bittencourt, Salatiel Carvalho. Chamamos agora os suplentes. Suplentes do PFL: Almerinda de Carvalho (Pausa.). Átila Lins (Pausa.). José Carlos Vieira (Pausa.). José Ronaldo (Pausa.). PMDB: Deputado Eunício Oliveira (Pausa.). Do PMDB, então, já temos aqui a presença do Deputado Flávio Derzi, titular, e o convidamos para que proceda à votação. Deputado Salatiel Carvalho, do PMDB. Chamamos os suplentes do PMDB, ainda: Deputado Eunício Oliveira, Deputado Gustavo Fruet e Deputado João Colaço. O PSDB está fechado. Do PMDB está faltando um. Do PT falta um. Chamamos os suplentes do PT: Deputado Eduardo Jorge (Pausa.). Deputado Ricardo Berzoini, do PT (Pausa.). Do Partido Progressista Brasileiro, chamamos os suplentes: Deputado Celso Russomano (Pausa.). Deputado Eurico Miranda (Pausa.). Está presente aqui também o titular do Bloco PL/PST/PMN/PSD/PSL, Deputado Bispo Wanderval. Vamos proceder à votação já. Está faltando um do PMDB para completar, dois do PPB e um do PTB. Só.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ótimo. Aí, fecha o PMDB. Ainda não. Nem PPB e nem PTB. Dos dois não veio ninguém. E do PT está faltando um.

(Não identificado)- PDT, o.k.; PSD, o.k. Bloco aqui, o.k.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É. o.k., o.k.

(Não Identificado)- Faltam dois, três, não é?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Só três.

(Não Identificado)- Quatro votos, e um do PMDB.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É. Está faltando um, dois... Bispo, assine aqui. Continuamos a chamada dos Deputados suplentes do PMDB: Deputado Eunício Oliveira, Deputado Gustavo Fruet, Deputado João Colaço. O Deputado João Colaço já chegou aqui. O PMDB fechou. Muito bem. Só votação. O PMDB fechou. Ney, vai deliberar alguma coisa hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Não, só dar posse ao Nelson Marchezan, e depois ele comanda, está bom? João Colaço está aí?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - João Colaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Fechou o PMDB?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O PMDB fechou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Então estão faltando um do PT, dois do PTB...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E um do PTB. Fala para o Magela ligar para o Deputado dele lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - O Magela está aí? O José Linhares chegou, do PPB

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA (Deputado Ney Lopes) - Do PPB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Do PPB, Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Com muito honra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Vamos proceder à votação, nobre Deputado. (Pausa.) Deputado Iris Simões, Partido Trabalhista Brasileiro, vamos proceder à votação. (Pausa.) Deputado Arlindo Chinaglia, vamos proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Fechou, não é?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, está faltando um do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Hein?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Do PPB, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Vou convidar...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, está faltando aqui o Arnaldo Faria de Sá, ou um do PPB; só um. Precisa só de dez votos, segundo a assessora.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, só está faltando o PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Lopes) - Todos os presentes já votaram? Todos já votaram? Está encerrada a votação. Convido a Deputada Vanessa Grazziotin e o Deputado Iris Simões para servirem como escrutinadores. E ao mesmo tempo agradeço a participação do eminentíssimo Deputado Neuton Lima, que auxiliou a Mesa no início deste trabalho. Informo que o número de sobrecartas é de 17, e coincide com o de votantes. Passa-se agora à apuração dos votos. Está encerrada a apuração. Procederei à proclamação do resultado. Para Presidente eleito, o Deputado Nelson Marchezan, com 17 votos, unanimidade; para Segundo

Vice-Presidente o Deputado Geraldo Magela, com 17 votos, unanimidade; para Terceiro Vice-Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, igualmente 17 votos, unanimidade; a eleição do Primeiro Vice-Presidente, por não ter chegado a tempo a indicação do PMDB, far-se-á na reunião seguinte desta Comissão. Agradeço aos eminentes Deputados que ajudaram a Mesa na seqüência dos trabalhos, auxiliando o processo de votação. E tenho a honra de convidar o eminente Deputado Nelson Marchezan para assumir a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, declarando-o empossado. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ao assumir a Presidência desta CPI, desejo agradecer a confiança dos nobres colegas, Sras. e Srs. Deputados, e dizer que à frente desta Comissão pretendo me conduzir da melhor forma possível, para que ela atinja os seus objetivos, que são aqueles pelos quais ela foi criada. Tenho certeza de que vou contar com a cooperação de todos os nobres Deputados, sem o que não seria possível desempenhar o trabalho árduo, espinhoso que nós temos pela frente de investigar as causas pelas quais os preços dos remédios sobem de forma injustificada e inaceitável no País. Quero proclamar também, como fez o nosso Presidente **ad hoc**, que oportunamente elegeremos o Primeiro Vice-Presidente. Declaro empossados também o Deputado Geraldo Magela como Segundo Vice, o Deputado Arnaldo Faria de Sá como Terceiro Vice. E quero, nos termos do art. 41, § 6º do Regimento Interno, designar para a relatoria o Sr. Deputado Ney Lopes, a quem convido para compor a mesa. (Palmas.) Esse se elegeu mais fácil que eu: sem votos.

(Não identificado) - Por aclamação. Por merecimento, por merecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas ele fez um belo trabalho me elegendo, de forma que estou retribuindo. O Ney Lopes é uma figura querida e amiga. Tenho certeza de que vai nos honra a todos com o seu trabalho na relatoria. Tem a palavra o Deputado Carlos Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar V. Exa., bem como o Relator e os demais componentes da Mesa. Mas eu gostaria de justificar — por isso fiz logo a solicitação da palavra — por que não votei. Apesar de ter chegado aqui na hora certa, no momento adequado, houve aí... Naturalmente, um eleitor seu, talvez mais entusiasmado, quisesse até votar antes de qualquer coisa, e sendo suplente votou

no meu lugar. Quero apenas justificar o meu voto. Se eu fosse votar, votaria também no Deputado Nelson Marchezan. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V. Exa. Não precisava desta confissão, mas eu fico muito honrado em vir de V. Exa., médico renomado, homem público da melhor estirpe, esse voto público. Os outros foram todos secretos, mas como houve unanimidade se tornaram também públicos.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar V. Exa. Primeiro por V. Exa. ter apresentado a esta Câmara a possibilidade de criarmos esta CPI dos Medicamentos. Segundo, cumprimentar a eleição dos membros da Mesa, tendo V. Exa. como Presidente, o Deputado Geraldo Magela, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Relator, Deputado Ney Lopes. Sabemos que são Deputados da maior responsabilidade, cientes da importância desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer também, Sr. Presidente, da satisfação que nós temos de participar desta Comissão, e do momento em que esta Comissão é instalada. O setor de medicamentos já movimenta aproximadamente 12 bilhões de dólares na nossa economia. É o terceiro maior volume de comércios realizado neste País. Nós assistimos a um aumento exagerado do preço dos remédios nesses últimos 4 anos. E remédios comuns como Melhoral, Cataflan, insulinas, Diazepam, remédios que são utilizados, em sua maior parte, pela população mais pobre, mais humilde do Brasil. Dos cem remédios mais utilizados no Brasil, a média de aumento foi em torno de 320%; alguns casos extrapolando esses valores. Nós entendemos que esta Comissão tem um papel importantíssimo nessa discussão relacionada às causas do aumento do preço do remédio. Até porque nós fizemos uma audiência na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e claramente nós percebemos a ausência dos grandes laboratórios e dos representantes da indústria farmacêutica naquela audiência, naquele debate. E claramente ficou também registrada, patenteada a omissão do Governo, a negligência do Governo no acompanhamento do aumento dos preços dos medicamentos neste País. Nós não temos uma política de médio e longo prazos para tratar desse assunto. Não existe uma política de medicamentos nacional. A questão dos genéricos serviu para esboçar a face trágica

da manipulação do mercado. O Governo, através da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, não está fiscalizando, de acordo com a Portaria nº 126, o relatório que deve ser enviado pelas indústrias farmacêuticas e pelos laboratórios, principalmente na questão dos acordos que são estabelecidos com relação ao preço dos remédios. E todos os dias, sistematicamente, as instituições ligadas à defesa do consumidor, os PROCONs, recebem centenas e centenas de denúncias que partem de todos os cantos deste País, mostrando, naturalmente, a falta de um norte, de um controle, de uma eficiência, principalmente por parte do Governo, na questão relacionada ao preço dos medicamentos. O Governo controla — e aqui foi falado nesta audiência pública — o preço do cigarro, o preço de bebida, intervém nos cartéis, intervém nas indústrias relacionadas a esses produtos, mas o Governo não toma nenhuma medida para estabelecer o controle do preço dos medicamentos. Então, entendo que esta Comissão terá uma importância decisiva neste momento que nós vivemos no Brasil, principalmente com relação à saúde pública, porque quem não pode comprar o remédio interrompe o seu tratamento, volta ao hospital para fazer novas consultas, novas internações, aumentando ainda mais a despesa do SUS e das instituições de atendimento médico das diversas instâncias do Poder Público. É importante aqui registrar, Sr. Presidente, que a ganância dos laboratórios farmacêuticos, da indústria farmacêutica, registrada num brilhante artigo escrito pelo Deputado Luiz Medeiros, a cada dia vai se salientando mais. Eu entendo que esta Comissão terá um papel decisivo em estabelecer obstáculos, parâmetros, fiscalização, exigências para que o Governo também tenha uma política de medicamento nacional, e principalmente para que o Congresso Nacional possa, definitivamente, colocar fim a esta loucura, a esta ação desmesurada que os laboratórios têm imposto à nossa população, que é o preço do remédio subir assustadoramente. De 6 dólares, em média, há cinco anos atrás, nós temos hoje 26, 27 dólares, em média, o preço do medicamento no Brasil, e as indústrias alegando que é a política econômica adotada pelo atual Governo. Então, eu quero aqui, mesmo fazendo parte da base de apoio do Governo, do PMDB, eu quero deixar aqui as minhas preocupações já registradas inicialmente, parabenizando os Deputados que assumem o comando desta CPI, especialmente o Deputado Nelson Marchezan pela luta que ele teve pela implantação da CPI dos Medicamentos. Mas registrando aqui a nossa satisfação de estar ao lado de todos estes brilhantes

Deputados e Deputadas que fazem parte desta Comissão. Eu tenho certeza de que nós, nessas reuniões, nessas discussões que estão a vir, teremos condições de dar uma grande contribuição à sociedade brasileira, principalmente àquele cidadão mais humilde, àquele anônimo que está sendo penosamente sacrificado em função da ambição, do lucro desmesurado, do exagero, do que têm feito a indústria farmacêutica e a indústria de laboratórios neste País. Muito obrigado, e parabéns aos membros da CPI dos Medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Obrigado a V. Exa., Deputado Luiz Bittencourt, e a sua disposição de trabalhar em favor dos esclarecimentos que esta Comissão se propõe a buscar. Eu queria, antes de dar a palavra ao Deputado Magela, que a pediu, dizer o seguinte: eu gostaria de ouvir algumas sugestões hoje, e de marcarmos uma reunião para próxima quarta-feira, quando então o Sr. Relator poderia nos trazer algumas sugestões de roteiro de trabalho, para a gente então estabelecer o nosso roteiro de trabalho. Hoje, como é uma reunião de instalação, cumpridas essas formalidades, eu abriria para os Deputados que quisessem, desde logo fazer sugestões. Antes, eu queria dar conhecimento de que acabo de receber um documento assinado pelo Deputado Eduardo Jorge, em que apresenta alguns documentos e faz a sugestão de uma série de nomes para serem convocados. Eu, desde logo, passo esta lista de nomes, esta sugestão ao Sr. Relator. E farei assim também com as sugestões que receber dos Srs. Deputados. V. Exa. quer usar a palavra? Eu ia dar a palavra ao Deputado Magela... A menos que V. Exa...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Para não perder a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem a palavra V. Exa., Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Desculpe, é para não perder a oportunidade. Os colegas que tenham contribuição a dar, sugestões, que por favor me enviem também uma cópia, porque isso vai facilitar o roteiro que apresentarei na próxima quarta-feira. É só para não perder a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, para ser muito econômico, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa da CPI. Considero que talvez seja uma CPI das mais importantes para esta Casa, pelo resultado que eu

compreendo que tenhamos condições de produzir. Quero parabenizar pela escolha do Relator e também pelo encaminhamento já colocado. Eu comprehendo que na quarta-feira, com as propostas que o Deputado Ney Lopes possa trazer de sugestão de encaminhamentos para os nossos trabalhos, até porque nós vamos iniciar em final de sessão legislativa, teremos de suspender durante o recesso e retornarmos no início da segunda sessão legislativa, e que nós tenhamos condições de ter esse planejamento para o nosso trabalho e também para as convocações que faremos. Já quero de pronto fazer uma sugestão ao Sr. Relator para que convoque o Presidente do Conselho Regional de Farmácias do Distrito Federal, Dr. Antônio Barbosa, que tem algumas questões a nos trazer. Mas também a bancada do PT se reserva o direito de apresentar novas sugestões até quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nobre Presidente Marchezan e nobres colegas Deputados, a CPI ora instalada, e eleitos também o seu Presidente e Relator, quase no final e no começo do recesso deste ano, me preocupa. Sr. Presidente, é que nós todos precisamos estar atentos para que ela também não caia no esquecimento nesse recesso, e que a gente possa já dar início logo aos trabalhos, porque este é um problema social grave do País, e nós Deputados temos que estar atentos para que a CPI dos Medicamentos possa dar respostas à sociedade, imediatamente, e não podemos deixar que o recesso faça com que ela perca o sentido. Era esta a colocação e a preocupação que trago em nome da bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Iris, esta colocação me diz um pouco respeito, daí porque talvez preste esclarecimento. Na origem, eu... Estão inscritos a Deputada Vanessa e o Deputado Arnaldo de Sá, a quem darei a palavra imediatamente. Eu queria dizer o seguinte: nós, primeiro, formulamos um pedido de uma CPI para investigar o aumento dos medicamentos, e ela caiu numa vala comum. Aí, eu fui pressionado. Então retomei, através de um projeto de resolução, para tirá-lo da vala comum, porque esta CPI seria instalada daqui há dois, três anos. Com o projeto de resolução, a gente conseguiu instalá-la. Bom, quando nós aprovamos esse projeto de resolução, houve uma demora dos Srs. Líderes para indicar os Parlamentares. Depois, a Liderança do PT sugeriu — vinha tentando isso — que se aumentasse o número de doze para dezessete. Então, nós perdemos mais um tempo para isso. E já havia cobranças muito duras

no plenário, inclusive dos Deputados que aqui se encontram. "Como é que é? Esse negócio não é pra valer, e tal"? Essas coisas todas. Então, quando ela se tornou, com as indicações, em condições de ser constituída e instalada, eu não titubeei. Houve quem dissesse: "Deixa para o ano que vem". Mas não cabia deixar para o ano que vem. Cabia começarmos os trabalhos agora. Tudo leva a crer que a Comissão, ou a Câmara e o Senado serão convocados extraordinariamente. Segundo me informa o Deputado Ney Lopes, é do Regimento, nada impede que nós decidamos, no recesso, trabalhar durante a convocação, para que ela não caia no esquecimento. Então, se nós todos tivermos a sua preocupação e fizermos o trabalho, ela não cairá no esquecimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela oportunidade. O senhor falou que aumentou o número de membros de doze para dezessete?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Foi uma decisão da Mesa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Doze para dezessete?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dezessete ou dezoito.
(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, parece que houve uma questão de ordem decidida pelo Presidente indicando dezoito. Eu não me preocupei com isso, e a (*Ininteligível*) das Comissões não me entregou nenhum dado a esse respeito. Na constituição das Comissões, diz o Inocêncio de Oliveira, observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que os partidos ou blocos parlamentares possam fazer-se representar.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, aqui não tem. A questão de ordem do nobre... Na verdade, um dos fundamentos da Constituição é a preservação da proporcionalidade no tratamento das questões internas da Casa, seja nas Comissões, seja na Mesa Diretora. A forma sugerida por V.Exa. preserva, em primeiro lugar, a tese da proporcionalidade; em segundo lugar, garante que as minorias não adequadas à proporcionalidade tenham uma participação. Portanto, a partir de agora, serão compostas as Comissões, guardado o critério da proporcionalidade às Comissões Especiais, e adicionar-se-á uma representação dos partidos que, pela proporcionalidade, não teria direito. Portanto, então, a

Comissão... E esta foi a palavra do Presidente. Portanto a Comissão está constituída de dezoito membros, é isto? São essas as indicações? Dezoito membros por questão de ordem resolvida pelo Sr. Presidente. Tem a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin. Logo depois, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Mosconi, Alceu Colares.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria também de usar a palavra de forma muito breve, apenas para cumprimentar não somente V.Exa., mas todos os Parlamentares que foram eleitos para dirigir os trabalhos desta tão importante Comissão. V.Exa., em seu pronunciamento, comentou o fato de vários Deputados, quase que cotidianamente, ocuparem a tribuna desta Casa e reclamar, exigir a instalação imediata desta CPI. Eu me incluo entre esses Deputados, Presidente Marchezan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sua atuação é pública, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E quero parabenizá-lo duas vezes. Não só pela apresentação da propositura, pela eleição como Presidente, mas pela sua coerência em entender a importância e a necessidade da instalação imediata, porque os fatos estão ocorrendo, não são novos. É bom que se tenha claro, e pensem que todos nós temos claro: não são fatos novos. É o abuso — eu me permito assim falar — que vem sendo praticado pelo cartel das empresas de medicamentos em nosso País, grande parte delas empresas multinacionais — é histórico já — e que vêm prejudicando, cada dia que passa, mais a nossa população, ao ponto de que aproximadamente 40 milhões de brasileiros não têm hoje, Presidente Nelson Marchezan, sequer acesso aos medicamentos básicos! E o Governo Federal, infelizmente, infelizmente, se mantém inerte diante dessa situação. E pior: não inerte; parece que é o maior defensor dessa política absurda de aumento de preços! O Presidente da República, há poucos dias, em Cuba, manifestou a sua preocupação com o aumento de preços. Mas é preciso que o Governo não apenas manifeste preocupação: aja efetivamente. E eu tive a oportunidade, nesses últimos meses, de participar de algumas audiências públicas na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, na Comissão de Seguridade Social e Família, que contou com a presença do Secretário de Acompanhamento Econômico deste País, do Ministério da Fazenda. E a posição dele, Sr. Presidente, é terrível! Terrível! Ele diz que o mercado é livre, é livre; a

política de preços é livre, e assim tem que continuar. Eu acho que nós temos um grande desafio pela frente: o desafio de apontar caminhos. Caminhos que apontem para a necessidade de aplicação de uma política de medicamentos e para a democratização, universalização do acesso a esses insumos por parte da nossa população. Então, Sr. Presidente, eu quero, já sugerindo ao nobre Relator — apresentarei por escrito —, mas já sugerindo que ele traga a esta Casa como um dos primeiros convidados ou convocados, não sei, o Dr. Cláudio Considera, para que ele venha aqui repetir o que sempre tem dito. E mais: requisitar, desde já, toda a documentação que dispõe o Ministério da Fazenda. Planilhas de custos de medicamentos, que para nós vai ser um trabalho árduo, mas um trabalho gratificante, porque nós todos aqui temos um objetivo. Não somos aqui nem Deputados de situação, nem Deputados de oposição. Somos aqui, todos nós, Deputados preocupados com a Nação e com o povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. pelas palavras. Eu não tenho tanta certeza quanto V.Exa. de que o Governo seja culpado de tudo, mas a intenção foi descobrir os culpados, onde quer que se encontrem, entendeu? Seja no Governo ou fora dele. Tem a palavra... Mas sou muito grato às palavras de V.Exa., e sei que V.Exa. há de ser uma companheira fortíssima na busca dos objetivos desta Comissão. Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Deputado Nelson Marchezan; Sr. Relator, Deputado Ney Lopes; Deputado Geraldo Magela — que já se retirou —, Vice-Presidente da Comissão; demais membros da Comissão, acho extremamente importante que nós possamos definir, através do Relator, Deputado Ney Lopes, o roteiro dos trabalhos. E eu queria inclusive sugerir a S.Exa., Deputado Ney Lopes, que um dos primeiros convocados para virem aqui fosse o Ministro da Saúde, Senador José Serra, para que nós pudéssemos ter conhecimento de detalhes que só o Ministério tem, e que serão importantes para a nossa avaliação. Eu queria, sem contestar, Sr. Presidente, apenas, **ad cautelam**, deixar registrado um detalhe: esta CPI tem o seu número de membros fixado por um projeto de resolução. Se o projeto de resolução fixa em dezessete, eu tenho dúvida se nós poderemos aplicar esta questão de ordem. Esta questão de ordem poderia ser aplicada nas CPIs normalmente instaladas, em que o número poderia

ser adaptado, mas nesta que foi criada por um projeto de resolução, em que o número é específico, nós não poderemos fazer a adaptação desta questão de ordem, a não ser que nós façamos a correção por outro projeto de resolução. E se tiver de haver aqui, como a questão de ordem rapidamente lembrada por V.Exa., a representação, a representação implicaria a perda de representação de alguns que têm uma representação maior. Então, é **ad cautelam** que faço este registro, porque entendo que o fato de ela ter sido criada com um número específico, por projeto de resolução, fala especificamente em dezessete membros. Não poderia ter adaptação prevista na questão de ordem, que tratar-se-ia de questão das CPIs instaladas normalmente, e não por projeto de resolução. Mas, na verdade, é apenas o registro que quero fazer, e, **ad cautelam**, deixar esta manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. A decisão transitou em julgado no plenário, mas não me custa realmente submeter a questão que V.Exa. suscita à Secretaria da Mesa, porque...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que decisão transitou em julgado em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não teria havido nenhum recurso, embora V.Exa. possa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não estou discutindo... A decisão da questão de ordem eu entendo que é válida, e qualquer CPI normalmente criada poderá ter adaptação, eu não tenho dúvida. Mas esta foi criada especificamente por projeto de resolução, tendo número previamente fixado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, foi aprovado dezessete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Entendi o espírito da observação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se tiver de haver a adaptação, ela teria de prejudicar um dos partidos que tem maior representação, e não fazer a adaptação, porque o projeto de resolução é específico. Ele fala textualmente "dezessete membros".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado pela contribuição de V.Exa. Eu queria, aliás, sugerir aos Srs. Deputados que queiram fazer convocação de nomes, que pudessem até...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas para responder à Deputada Vanessa Grazziotin, e não fazê-lo ao largo da discussão. A proposta do projeto de resolução alterando de doze para dezessete. Então, foi criado para dezessete, e a folha-rosto do (*Ininteligível*) é dezoito. Quer dizer, a questão de ordem supriria esse número. Entendo, **data venia**, e salvo melhor juízo, que não poderia, neste caso, o projeto de resolução estabelecer um número, e na efetividade estarmos com outro número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Analisaremos o assunto suscitado por V.Exa. Eu queria sugerir aos Srs. Deputados que tivessem sugestão de nomes para convocar, ou qualquer sugestão, que, se pudessem, fizessem um requerimento, até manuscrito, para que eu pudesse passar ao Sr. Relator. Inobstante, todas as intervenções aqui serão passadas ao Sr. Relator. Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, também considero, como os que se encontram aqui, que esta é uma CPI da maior importância. A questão de preço de medicamentos no Brasil vem se arrastando há anos e anos e anos, sem que se encontre, para um problema tão grave como esse, uma solução que possa se aproximar aí no tempo. Tenho observado, Sr. Presidente, que, da parte do Ministério da Saúde, do próprio Governo e desta Casa, tem havido algumas iniciativas muito importantes, visando à diminuição do preço dos medicamentos no Brasil, com algum resultado, vamos dizer, precário ainda, resultado tíbio, fraco, porque os medicamentos se encontram com preços abusivos para a nossa população. Mesmo no tempo em que a nossa inflação se encontrava totalmente contida, os preços dos medicamentos não tinham a sua estabilidade alcançada. Mesmo naquele período de grande estabilidade... Hoje nós temos uma inflação pequena, mas nós já tivemos menor agora, nos últimos anos. Mesmo nesses anos, os preços dos medicamentos subiam abusivamente. Muito bem. O Ministério da Saúde tomou algumas iniciativas que considero importantes, visando à diminuição desses preços. Primeiro, extinguiu a CEME. Todo mundo sabe que a CEME era um antro de corrupção, era uma entidade que praticava uma política absolutamente centralizadora, que não tinha nada a ver com a realidade da nossa população, e que não conduzia uma política de medicamentos de acordo com as necessidades do País. E, naturalmente, ali os preços eram superfaturados, a vida inteira, superfaturados, e na realidade não

chegavam à ponta da linha, como deveriam chegar. Então, era um desperdício de dinheiro fantástico. Mas a CEME foi extinta, felizmente. E hoje o Ministério, com competência, busca a descentralização dessa distribuição de medicamentos no Brasil, fazendo-o através das Secretarias Estaduais e das Secretarias Municipais de Saúde. Naturalmente que esse é um objetivo, quer dizer, tem a sua razão de ser, visando inclusive à diminuição desses custos. O próprio... A nossa Casa, através de um projeto do Deputado Eduardo Jorge, e depois, por iniciativa do próprio Ministério da Saúde, no tempo do Ministro Jamil Haddad — eu era Presidente do INAMPS na ocasião —, criou, tanto o Ministério quanto a lei aqui votada e aprovada, e sancionada neste ano, ainda, os medicamentos genéricos, o que é, na minha opinião, a iniciativa mais importante, no sentido de baratear os custos dos medicamentos no nosso País. Estou falando de 1993. Em 1993, o Ministério da Saúde, através de um decreto — parece-me, do Ministro Jamil Haddad —, instituiu no País os medicamentos genéricos. Depois, nós votamos aqui, com alguma dificuldade — para não dizer muita — a Lei dos Genéricos, que foi se arrastando, se arrastando, se arrastando até a sua aprovação final e até a sanção presidencial, que ocorreu este ano, em 1999. Pois bem. E mesmo assim nós nos deparamos, a todo momento, com a seguinte questão: as indústrias farmacêuticas, principalmente a multinacional, para não dizer quase que só exclusivamente a multinacional... "Não, não está preparada para isso. Ela ainda não tem condições de praticar essa lei votada e aprovada, tão ao gosto da população inteira, porque ela não está preparada, porque ela foi pega de surpresa". Imaginem, já vamos para mais de cinco anos, seis anos, sete anos. Então, essas questões, Sr. Presidente, nós precisamos levantar aqui com mais detalhe. Por que isso acontece no nosso País? Qual é a razão disso, quando outros países já praticam essa política há muito tempo? Por que, no Brasil, temos essa dificuldade tão grande para isso, e o que fazer para poder mudar essa situação? É também fato notório para todos nós que existe no País uma política de saúde, e já existe no País um arsenal de saúde que pode oferecer à população uma assistência razoável, mas que esbarra num enorme problema, que é a questão do medicamento. Quer dizer, a nossa população carente, Sr. Presidente, ela vai hoje, ela procura o SUS para o atendimento de um problema seu. E ela ali é atendida por um profissional de saúde, por um médico, ela faz uma pré-consulta, faz a consulta, faz os exames de laboratório, exames sofisticados, faz pelo SUS, sem pagar nada. Muitas delas têm de ser internadas, e

de repente elas saem do hospital, ou terminou o seu atendimento, foi feito o diagnóstico, custou muito dinheiro para chegar a esse ponto. Custa muito dinheiro para chegar a esse ponto. De repente, tudo isso cai por terra, porque, na receita dada pelo médico, a população não tem recursos, o paciente não tem recursos para adquirir o seu medicamento na farmácia da esquina. Bom. Então, é uma incoerência tremenda, porque se gasta tanto para tudo isso, e de repente tudo isso é derrubado, num simples receituário do médico. Veja bem, Sr. Presidente: então essas questões não são aprofundadas. Até que ponto o SUS deve oferecer, às suas expensas, o medicamento à população? E tem de ser um medicamento... Mas aí distribuído uniformemente no País, de forma descentralizada. Não como se fazia antes, através da CEME; de maneira alguma. Que os Municípios tenham condições de adquirir os seus medicamentos, que os Estados tenham condições de adquirir os seus medicamentos, sem passá-los para os Municípios. Naturalmente, quanto mais o Município puder fazer, melhor, porque o Município sabe, melhor do que ninguém, que medicamento que a sua população precisa. Essa é que é a questão. Então, essa é uma questão, Sr. Presidente, que nós precisamos aprofundar um pouco mais. Qual é o papel do SUS nessa história? Qual é o papel do SUS nessa história? Até hoje nós discutimos aqui na Comissão sobre o negócio do diabetes e tudo o mais, não é? Então, são essas questões, Sr. Presidente, que eu queria colocar aqui, preliminarmente, chamando a atenção do nosso Relator, que felizmente é muito experiente e tem uma visão ampla dessas coisas todas, no sentido de que a gente dê preferência, para a gente ouvir aqui... Eu acho que nós vamos precisar ouvir todo mundo. Depois, vou fazer também por escrito a minha solicitação, não é? Indústria farmacêutica, tudo o mais, tal, tal. A indústria farmacêutica a gente já fica mais ou menos sabendo o que nós vamos ouvir aqui. Agora, é preciso ouvir quem usa, quem usa. Essa é que é a questão: quem usa. Porque esse precisa usar mesmo, e com um preço razoável, porque se ele não pode pagar, quem vai ter que pagar é o sistema de saúde do País. Então, esta é a visão que eu tenho desta Comissão, Sr. Presidente. Quer dizer, vejo com este alcance que ela precisa ter. Eu milito, ainda na minha profissão de médico, nos fins de semana, atendendo... Trabalho num hospital, sem vínculo empregatício. Naturalmente, trabalho lá, atendo meus pacientes, opero e tudo o mais. E fico sabendo, com muita freqüência, que um determinado medicamento, medicamento da escolha do hospital, vamos dizer, primeira escolha, custa, vamos dizer lá, 40 reais uma ampola. A segunda escolha

custa 13. E isso não é um caso só, não. Nós podemos fazer aqui uma relação enorme, gigantesca de casos como este. Por quê? Primeiro, porque essa diferença é fantástica. Primeiro, porque não é genérico, porque tem um nome e tudo o mais. Por isso é que não deu genérico. Como é que se explica uma diferença tão grande como esta? Já é uma questão para a gente poder discutir aqui. Segunda questão: por que a primeira escolha é a tão cara, não é? Então, são questões que são realmente muito importante, e que dizem respeito ao dia-a-dia da população brasileira, aquela que mais precisa deste insumo, que é o medicamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Tenho certeza de que esta Comissão vai precisar se socorrer muito dos seus conhecimentos, da sua experiência, como homem da área, especialista, técnico da área. Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, também eu considero muito importante o requerimento de V.Exa., pedindo a constituição de uma CPI. E a composição e a constituição desta Comissão poderá dar prosseguimento a uma luta que vem de muito tempo. Não começou ontem, não terminará hoje. Provavelmente, ainda lidemos muitos anos num trabalho muito forte, muito vigoroso. Nós tivemos a oportunidade de, na Seguridade Social, no campo da saúde, constituir um grupo que é liderado pelo Deputado Rafael Guerra, onde fizemos um trabalho excepcional, no campo da saúde, que resultou, inclusive, graças a toda a Comissão, ao espírito de solidariedade que se manifesta na Comissão, na emenda de uma Constituição, fazendo um vínculo com valores que devem ser destinados à saúde. Fizemos a marcha em defesa da saúde pública, fizemos um seminário. De modo que isso, o espírito da Comissão é que está suprapartidariamente funcionando. É suprapartidário, mas com os partidos. Não é suprapartidário sem os partidos. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode, sem dúvida alguma, dar uma contribuição extremamente importante. Nós já fizemos algumas audiências públicas sobre preço de remédio. Há um escândalo no Brasil. Amanhã, nós teremos uma audiência pública para ouvir o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica — ABIFARMA. Nós já ouvimos vários representantes de várias entidades. As denúncias que são formuladas, sem dúvida alguma, vão ter de ser trazidas para esta Comissão. A Comissão de Seguridade já

providenciou, fez um caderno com essas denúncias, encaminhou auditoria desta Casa, para elaboração de um anteprojeto, que depois certamente virá para esta Comissão, para, em conjunto e solidariamente, tentarmos, quem sabe, uma grande legislação, porque o que está faltando no Brasil é uma legislação com clareza, com precisão, que possibilite uma fiscalização no campo sanitário. Há um descontrole total. Deputado Marchezan, nós tínhamos seis representantes do Governo, há poucos dias, numa audiência pública, e eu perguntei ao representante do Ministério da Fazenda se eles, integrantes do Governo, se reuniam de quando em quando para discutir solidariamente, cooperativamente o problema dos remédios e dos preços. "Nunca nos reunimos". Nunca se reuniram, foi a resposta que foi dada. Então, o Governo tem algumas falhas que podem ser, sem dúvida alguma, saneadas, com relação a um trabalho feito pela Comissão. Então eu tomo, para não tomar mais tempo, a liberdade de encaminhar um pedido de que seja ouvido o Presidente da Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica; o Diretor Administrativo e Financeiro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde; o Presidente da Associação dos Laboratórios Nacionais; a Coordenadora do Instituto de Defesa do Consumidor e Representante da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, que deu contribuições belíssimas; o Dr. Paulo de Tarso, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; o Conselho Federal de Farmácia; e o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Acho que são alguns nomes, alguns institutos que podem trazer uma contribuição muito forte para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero agradecer a contribuição do Deputado Alceu Collares, e dizer que, desde logo, considero como uma contribuição extremamente importante os dados, os elementos e os subsídios que vai entregar a esta Comissão, ele que preside a Comissão de Seguridade Social, nesta reunião. E quanto às sugestões, aqui se encontram, de convocação, que ele acaba de fazer, que também passo ao Sr. Relator, como sugestão a ser analisada, para ser, digamos, analisada pelo seu trabalho, no próximo dia, na próxima quarta-feira, na próxima reunião de quarta-feira. Tem a palavra o nobre colega Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Cumprimentando o Presidente Nelson Marchezan e o Deputado Ney Lopes, como Relator, e os demais Parlamentares aqui presentes, eu tenho a demonstrar, na prática, uma historinha

que acabei de contar aqui para a Deputada Vanessa Grazziotin. Há muito tempo, estava tratando um paciente epilético, que tomava um remédio de tantas miligramas: de 400 miligramas. Ele tinha de tomar duas vezes por dia, para controlar as suas crises. O nome comercial, fantasia é muito conhecido, não vou repetir aqui. E, curiosamente, esse paciente passou a ter crises em cima de crises. Eu disse: "Não pode. Você está há tanto tempo tomando esse mesmo remédio, é impossível que você continue". Bom, ele me trouxe a caixa, e o nome não era o nome fantasia; era um outro similar que, curiosamente, constava só o princípio ativo, como se fosse um genérico, como se fosse um genérico. Então, eu fiz a dosagem no sangue para ver a quantidade de remédio que essa pessoa tinha no sangue, e não deu um mínimo desejável para que controlasse as crises, realmente. Ou seja, para uma dosagem esperada, que essa pessoa estava comprando na farmácia para controlar as suas crises, estava muito abaixo do esperado, por aquilo que ela estava pagando, ou que estava na amostra da caixa. Isso é um exemplo que vem se repetindo, inúmeras vezes, no Brasil afora, nas clínicas, nos hospitais, na prática média diária. E o que se vê, realmente, é uma afronta de muitos laboratórios, principalmente multinacionais, que afrontam, praticamente, a nossa própria soberania nacional com esse tipo de atitude. Então, realmente, o problema é muito sério, e nós temos que ir a fundo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque isso diz respeito ao dia-a-dia do nosso cidadão, principalmente o mais pobre, que, muitas vezes, apela para outros produtos, entre aspas, "mais baratos e mais acessíveis", ou às vezes até da própria rede pública, quando esse remédio não tem a mínima eficácia, a validade esperada para que ele possa curar os seus males, e levando isso principalmente à classe mais idosa, à população mais idosa, que é o aposentado com dificuldades. Hoje em dia, nós projetamos, então, uma situação muito ruim no Brasil. Então, acredito que os Parlamentares que estejam dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, além da sua missão maior de fiscalizar e ir a fundo, nós temos que dar algumas respostas ao cidadão comum, Sr. Presidente, Sr. Relator. E essas respostas vão nos custar muito trabalho. Mas acredito que todos que aqui deram o seu nome para compor estão com vontade de ajudar o Presidente e o Relator, e acima de tudo de dar respostas a esse cidadão que tanto confiou e que tanto confia nos Parlamentares que fazem parte desta Comissão. Portanto, acredito que também a Agência Nacional de Vigilância Sanitária... Principalmente no controle, na averiguação da qualidade, e até da

veracidade dos produtos, seja de extrema importância a implementação e a real validade dessa Agência Nacional. E uma das pessoas que terá, sem sombra de dúvida, que fazer parte é o Diretor-Geral dessa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para responder como o Brasil, em todos os seus Estados, poderá fazer o controle de qualidade de tantos medicamentos que por aí estão, nas farmácias, nos hospitais, que a gente não sabe se valem ou se não valem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., também médico, que certamente dará uma bela contribuição. Acho que V.Exa. tocou num dos títulos da Comissão, que é também investigar a falsificação de remédios. Eu tenho uma carta de um conterrâneo seu, de Santa Catarina, que vou trazer para a próxima reunião, para lê-la. Esse médico conta a seguinte história: que um filho, não podendo mais pagar os medicamentos iam a 148 por mês, procurou esse médico. E a senhora, muito desconfiada, não queria que ele mexesse nos remédios, porque ela estava imbuída da idéia de que esses medicamentos que ela estava tomando eram insubstituíveis, e ela tinha que tomá-los toda a vida. E o médico examinou, a pedido do filho — o filho, numa situação de não poder comprar todos os remédios —, e eliminou dois. E depois ficou com um só. Esse um custava 60 reais; ou sessenta e uns quebrados. Eu vou trazer a carta; está assinada. E aí ele descobriu um remédio que, por 6,8, 6,80 centavos, essa senhora — isso faz um ano — está em bom estado etc, etc. Foi o que hoje me contava uma história o Ministro do Governo, que não é o Ministro da Saúde, que está no País uma idéia de que a gente tem que vender, controlar os médicos, vender remédios, e por aí afora, entendeu? Mas eu não quero me antecipar, porque sou o Presidente. Quem vai julgar são os senhores, que vão investigar todos nós e o Sr. Relator. Muito obrigado, Deputado Caropreso. Tenho a honra de dar a palavra ao Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo V.Exa. Honra-me sobremodo o meu Presidente dizer que vai ficar aqui para me ouvir, nosso Relator, Ney, que nós conhecemos, e os companheiros que estão aqui. Eu penso que a sugestão ou a iniciativa de V.Exa. chegou num momento oportuníssimo. Nunca o País... Nós, que trabalhamos dentro de hospital, nunca sentimos tantas dificuldades de conviver com a cura do paciente, sobretudo

quando realmente o paciente não tem mais acesso, financeiramente, para comprar o medicamento. Mas eu gostaria de trazer uma sugestão bem prática ao nosso querido Ney. Ney, é o seguinte: eu estou partindo da prática, da coisa bem prática, porque eu acho que nós temos de sair do grande especulativo, nós temos de saber o que é um genérico, para que a pessoa possa fazer aqui como o Caropreso acabou de dizer, que realmente existem também na indústria farmacêutica picaretas, existem laboratórios falsos. Mas é interessante que a gente, quando trouxesse aqui para... Porque foi muito... Eu penso... E perguntaria aqui ao meu Presidente; o Caropreso também esteve presente. Naquela reunião, a gente ouvia contradições imensas. Laboratórios nacionais falando, laboratórios estrangeiros falando outra coisa, o Governo falando uma linguagem, o Conselho de Farmácia falando outra linguagem, o pessoal do PROCON falando uma linguagem. Então, eu penso que nós temos de ouvir algumas dessas pessoas sentadas diante de nós, aqui, para que a gente possa confrontar o que é que eles estão dizendo, porque nós estamos com aquele relatório. Eu já tive a oportunidade de lê-lo mais devagar. É interessantíssimo o relatório, porque nessa mesa estavam mais ou menos umas doze pessoas; alguns até se substituíam. Mas, no final, nós dissemos: "Bom, quem é que está falando a verdade mesmo"? Havia tanta contradição intrínseca que eu penso que aqui não se trata... Eu sei que nós não somos uma Comissão de acareação, mas nós queríamos ouvir por que os laboratórios, a associação dos laboratórios estrangeiros, as multinacionais têm uma linguagem, as nacionais têm outra linguagem, o Conselho de Medicina tem uma linguagem, o Conselho de Farmácia tem outra linguagem, e o nosso amigo, foi embora, o Mosconi, com quem eu trabalhei, em 1993... Está aqui, está aqui ele... Não, não, fique aqui um pedacinho, que você se recorda que nós criamos as Câmaras Setoriais, em 1993. E nós chegamos, depois, às Câmaras Setoriais... Eu diria: tomou um doril, sumiu. Ninguém sabe por que as Câmaras Setoriais, onde se sentavam consumidores, onde se sentava o produtor, se sentava todo o mundo ali... E quando é um belo dia não fomos mais convocados. Eu me recordo de que fiz parte dessas câmaras setoriais, que era uma hora em que a democracia era exercida em sua plenitude, porque todo mundo colocava em cima da mesa os elementos para um julgamento sereno, tranquilo. Agora, quero dizer logo, para começar, que nós vamos encontrar uma resistência muito grande por parte das multinacionais. Eu trabalho dentro de um hospital, e sei como é difícil. Nós temos uma central de compra de

medicamentos, que compramos medicamentos para as Santas Casas a nível nacional. O boicote que é feito, os senhores não podem imaginar. É tão sério! Nós vamos nos encontrar agora com 180 laboratórios. O ano passado — eu vou deixar de citar o nome dos laboratórios por questão de ética —, em cartas fechadas, garantiram levar fio cirúrgico de uma determinada marca. Depois, eles perderam para a outra companhia, com a diferença de 60%, que não é uma diferença pequena. Todo mundo sabe aqui, nós estamos com vários cirurgiões aqui dentro, é uma diferença bem grande de fio cirúrgico. E o que é que faz a outra multinacional? Oferece com a diferença de 90%. Cartel puro, para, justamente tirar a outra, digamos, do cenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou correr o risco de infringir o Regimento para aparteá-lo. V.Exa. disse que todo mundo está pensando diferente. Mas V.Exa. não disse que eles pensam em quais laboratórios, quando se trata de erguer preço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Está bom. Preço... Não, interessante é que, quando colocamos... Vamos aqui, dois nomes aí... Nós não vamos denegrir a imagem de ninguém. É só ler os jornais, o que têm escrito do Teutônico e da ABIFARMA, que estão numa luta aí de espaço aberto. Agora, se nós olharmos os preços, a gente toma um susto. E se olharmos o material hospitalar... Porque eu penso que nós vamos olhar medicamentos, e nós deveríamos incluir nessa relação também material hospitalar, porque faz parte do dia-a-dia do povo, está incluído, faz parte. Acho que material hospitalar faz parte também, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Faz, sim. A Comissão Parlamentar de Inquérito é destinada a investigar os reajustes de preços e a falsificação de medicamentos, materiais hospitalares e insumos de laboratórios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Ótimo isso aí. Então, eu queria deixar para o nosso Presidente e o nosso Relator que em algumas dessas audiências públicas nós pudéssemos ter posições diferentes, para que nós formatemos juízos precisos, porque nós estamos tendo dificuldade. Depois daquela nossa reunião aqui, a audiência pública, eu fiquei com uma dificuldade, porque eram tantas as opiniões... (Falha na gravação.)

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ...convidar o Relator para, amanhã, nós termos uma audiência pública, onde todos que estão aí irão. E provavelmente tenha uma explosão no Congresso Nacional.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Dez horas. O Presidente está convidado também, mas como ele é o responsável pelo laboratório...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite, Deputado José Linhares? V.Exa. sugere, então, uma espécie assim de um painel, onde quatro, cinco convidados...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Certamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...ao mesmo tempo, façam...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Então, eles vão falar, cada um, e nós vamos fazer a nossa síntese. E nós vamos, depois, ter condições de interpelar, perguntar, quando nós vamos ter as contradições também, porque, se formos chamar de um por um, nós passaremos dois, três anos, e não vamos terminar. Eu acho isso muito válido.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, Deputado José Linhares, uma coisa é dar um depoimento numa audiência pública; outra, é numa CPI. O grau de responsabilidade na CPI é muito maior. Estou convidando o Presidente e o Relator, o Relator principalmente, para ter uma idéia de como há contradições e como há conflitos, como estava dizendo o Deputado José Linhares. Agora, aqui será muito diferente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Pois aí deixaria essa sugestão, e depois poderíamos aprofundá-la com os nomes. E quem sabe a gente não... A nossa Deputada Vanessa pediu para ver se as planilhas do Consider(?) já estavam.. Já tinham feito, não é?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Mas você já mandou o seu...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Porque é interessante olhar. Eu estou pedindo um levantamento dos 90% dos medicamentos mais usados pela população brasileira, de janeiro até essa época, a origem do laboratório, e qual foi o percentual de aumento, já que nós somos compradores desse medicamento. Seria interessante a gente trazer para cá, está bom? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade. Eu estou feliz por ter torcido que V.Exa. pertencesse à nossa Comissão. E vejo que V.Exa. tem uma contribuição muito valiosa para a Comissão, e seguramente vai dá-la com

toda boa vontade, esforço e carinho. Muito obrigado, Deputado Linhares. Com a palavra o nobre colega José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Quero cumprimentar o Presidente Nelson Marchezan, meu companheiro Ney Lopes, Relator, e todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Eu quero dizer que entendo também que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito da maior importância. E eu tenho a satisfação de dizer que tenho acompanhado essa virada que está acontecendo, verdadeira virada, na saúde. Nós, já na Legislatura passada, nós avançamos muito em termos de educação. Eu acho que a emenda constitucional das mais importantes, a grande reforma que aconteceu na Legislatura passada não foi a quebra dos monopólios ou a reforma administrativa; foi a emenda que criou o FEF, o fundo da educação, tão importante, que mudou, né...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - FUNDEF.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Ah! O FUNDEF. Perdão. FUNDEF, que mudou o conceito todo, em termos de educação. Nós, agora, há poucos dias atrás, aprovamos, em dois turnos, na Câmara, a destinação de recursos para a saúde, o que eu acho que foi um grande passo, uma luta que se arrastava por muitos anos. Eu acompanhei o Deputado Nelson Marchezan na Presidência da Comissão da PEC nº 82, fiz emenda àquela PEC, e acho que nós avançaremos muito agora se nós pudermos entrar a fundo nessa seara, nessa vertente importante, que é a questão dos medicamentos. Do que eu ouvi aqui, eu queria sugerir ao nobre Relator e ao Presidente que nós começássemos exatamente da forma como propôs o Deputado Linhares: em painéis. Mas me parece que há assuntos muito claros aqui, diferentes, dentro do mesmo tema. Um assunto é a questão dos preços, avaliação de preços, política de preços, se há cartelização ou não há cartelização, e mecanismos que nós possamos identificar aqui na Comissão, para viabilizar uma política de preços. Será que é possível fazer uma política de preços nesse setor? Será que é possível nós, através de instrumentos legais, controlarmos a cartelização nesse setor. É uma questão importante: preço. Uma outra questão que foi falada aqui, e me parece importante, é a questão da falsificação. Existe no País um grande número de laboratórios que, se não fazem, se não falsificam, produzem — como foi declarado há pouco aqui pelo Deputado Vicente Caropreso, médico — medicamentos inadequados. Então, essa é uma outra questão, uma questão já mais técnica. Nós deveríamos trazer aí

para esse painel pessoas já com outra formação, especialistas, o pessoal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que eu faço a sugestão de que se inclua num painel como esse. E eu acho que um terceiro tema, preços, falsificação, um outro tema, que poderia ser o caso específico dos genéricos, que nós criamos em lei. Também participei ativamente da elaboração daquela lei, mas entendo que está havendo um bloqueio, está havendo, além do bloqueio, dificuldade não só para os grandes laboratórios — esses não teriam dificuldade —, mas para os nossos laboratórios independentes avançarem. Existe até um artigo muito feliz do Luís Nassif, dessa semana, que fala nisso. Quer dizer, é o momento, é o grande momento para o laboratório independente, para o laboratório nacional. Nós temos lá em Santa Catarina o maior laboratório nacional, o mais antigo: o Laboratório Catarinense. Vive dificuldades imensas, ao competir com esses grandes laboratórios, com as grandes multinacionais, mas tem sobrevivido. E acredito que não só aquele nosso, mas tantos outros terão a grande oportunidade, através da produção desses genéricos. Então, Sr. Presidente, eu vejo assim três temas diferentes. Poderiam ser feitos três painéis, ou tantos quantos fossem necessários, mas nessas três linhas: a questão dos preços, a questão dos genéricos e a questão da falsificação. Quem sabe até nós possamos buscar subsídios — no caso, por exemplo, da falsificação — do FDA americano, que é tão famoso e que conseguiu avançar tanto nessa análise e liberação de medicamentos. Mas existem outros países, parecidos com o Brasil em termos de economia, que já avançaram muito, que eu tenho notícia. O México, por exemplo, e alguns países até da Ásia. Então, entendo que deveríamos, sim, fazer painéis. E quero sugerir que se convide, no caso da avaliação de preços, política de preços, a Secretaria de Acompanhamento Econômico — acho que é importante —, a Fundação Getúlio Vargas, além daqueles que já foram citados aqui, as associações dos laboratórios. Foi citado aqui o Instituto de Defesa do Consumidor, a Associação das Farmácias, dos Distribuidores, o CADE. Acho que é importante que o CADE esteja presente, porque tem o mecanismo aí da cartelização. Eles dominam essa área. E quanto à questão da falsificação, acho que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Ministro, é importante trazer, e os especialistas, quem sabe até, Sr. Presidente, de outros países, que nós pudéssemos convidá-los para vir aqui trazer subsídios, principalmente do FDA americano. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, nobre Deputado José Carlos Vieira. Muito agradecido pela contribuição de V.Exa. E as sugestões já estão anotadas, mas, se puder mandar até por escrito, seria ótimo. Tem a palavra a nobre colega Almerinda de Carvalho.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO - Bem, quero parabenizar o nobre colega Nelson Marchezan e o Ney Lopes pela instalação da CPI, e pedir aos nobres colegas que nos empenhemos para o êxito desta CPI, porque eu acredito que a população carente, que é a que mais necessita de explicações nossas, porque eles não têm acesso a essas informações... Eu acho que a CPI vai realmente esclarecer essas dúvidas, e nós podemos passar para eles o que acontece regularmente no aumento do remédio, porque são eles que vão na farmácia, e cada dia o remédio custa um preço diferente. E sobre a falsificação dos medicamentos, que também é realmente um assunto que requer uma investigação bem profunda. E também, o que é muito importante, é a medicação que é distribuída pelo Ministério da Saúde, que não chega aos órgãos público. Isso a gente constata nos hospitais, nos postos de saúde, e é também uma questão que precisamos esclarecer. Então, por isso, acho muito importante, realmente, nós convocarmos o Ministro da Saúde para nos dar essas informações, e realmente possamos ter essas respostas todas que o nosso povo necessita. São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa, nobre Deputada Almerinda de Carvalho, cuja presença nos honra muito. Quero conceder a palavra a dois Deputados mais. Primeiro, ao Deputado Márcio Matos, que, não sendo membro da Comissão, também é presença honrosa. Tem V.Exa. a palavra. E logo depois, o Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Meu caro Presidente, inicialmente, queria cumprimentá-lo pela sua iniciativa desta CPI. Não faço parte desta Comissão, mas, seguramente, serei um rato de porão desta Comissão, porque é um assunto que, de há muito tempo, me angustia, e me fez vítima. Antigamente, a população, quando procurava um serviço médico, a preocupação inicial era saber quanto o doutor ia cobrar. Hoje, o quanto o doutor vai cobrar é tão insignificante que nós, médicos, somos comparados até com o sal, porque somos branquinhos, tem em abundância e é baratinho. Isso são palavras do Vice-Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Hoje, o grande problema do paciente é com relação ao

tratamento, ao remédio e aos insumos hospitalares. Eu acho que esta CPI não pode ficar só nos medicamentos; tem que ficar nesses insumos hospitalares. E eu vou contar aqui uma coisa curiosa que ocorreu com um colega lá no Paraná. Há uns anos atrás usava-se uma buzina que tinha lá um determinado comprimento de onda para provocar uma reação no feto enquanto na barriga da mão. Tocava-se aquela buzinazinha, a criança tinha uma reação, para medir a vitalidade. Hoje não tem mais esse método. Mas era uma buzina bonita, uma capa bonita, tal, com o nome todo diferencia, e que custou um absurdo de caro aquela buzina. E esse colega deixou aquela buzina, que custou caro. A moça zeladora, na hora em que foi limpar o seu consultório, derrubou e quebrou o invólucro dessa buzina. Ele ficou louco da vida com a zeladora, mas ele observou a buzina. Era uma buzina comum de bicicleta, que se usava em bicicleta. E ele teve a curiosidade de procurar numa bicicletaria. O preço que ele pagou por aquela buzina, com aquele invólucro dito equipamento médico, dava para comprar trinta buzinas na bicicletaria. E era a mesma coisa. Então, só para os senhores verem como são as coisas. Eu acho que foi muito bem colocado pelo nobre colega aqui esses aspectos. Eu acho que o painel... Você não pode colocar, de início, no painel, partes conflitantes; fazer um painel de duas partes do consumidor, de duas ou três partes do consumidor, duas ou três partes dos representantes da farmácia, para, numa segunda oportunidade, você fazer as acareações. Senão, dá o que aconteceu na Comissão: dez falando. Um falando português, outro francês, outro alemão, e ninguém se entendia. Eu acho que nós temos que nos ater também a um aspecto altamente encarecedor do medicamento, além de tudo que foi falado. É com relação às embalagens desse medicamento, à propaganda feita em cima desses medicamentos; seguramente, vai lá na ponta do consumidor toda essa propaganda. Nós temos que ver também com relação aos **royalties** e às patentes, porque eu acho que isso são fatores que também encarem muito. E nós temos também que ter a preocupação de tomar preços internacionais, em dólar, desses medicamento. E eu digo o porquê. Nos temos um conhecido que mora nos Estados Unidos. Ele faz uso de alguns medicamentos controlados, e todas as vezes que ele precisa desses medicamentos, eu faço a receita, a família compra e manda o medicamento daqui para lá. Eu, curioso, falei: "Por que não vai lá"? Ele me falou o seguinte: "Realmente, lá o medicamento é mais barato do que aqui. Lá nós temos um salário muito alto, tal, tal, e em dólar esse medicamento é mais do que aqui". Só que o

problema é que ele é clandestino lá, e ele tem medo de... Então, está ... Então eu acho que a comparação desses medicamentos internacionais, acho que é importante, porque num país em que você tem um salário mínimo de 136, uma dipirona não pode custar mais caro do que num país que o salário mínimo seja 2 mil, 3 mil dólares. Então, eu acho que nós temos... E outro fator também que eu acho importante — eu não sei se cabe a esta CPI enfocar — é com relação ao jovem médico que sai da faculdade. Infelizmente, as nossas faculdades têm uma deficiência muito grande no ensino da farmacologia e da psicofarmacologia, e a maioria dos médicos sai de lá sem saber o nome do genérico. Mas, do quinto ano, quarto ano, quinto ano, sexto ano, o estudante de medicina é bombardeado pelos laboratórios, e ele sai... Já decorou todo nome comercial. Ele sabe que o Cataflan é um excelente antiinflamatório, mas ele não sabe que, às vezes, é o diclofenaco potássico. Eu acho que isso é um dos fatores que os laboratórios usam de coerção do jovem médico, e ele sai de lá direto. Eu acho que, inclusive, o aprendizado que o médico tem, com relação aos medicamentos que vai prescrever, quem o faz são esses laboratórios, porque as próprias universidades, às vezes, não dão essas condições. Eu acho que, embora a CPI seja de preços, eu acho que isso é um fator altamente importante, na ponta final do consumidor, do preço dos laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa, nobre Deputado Márcio Matos, pelo depoimento. Valeram as informações que nos trouxe. Tem a palavra o nobre colega Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, a quem eu quero cumprimentar pela brilhante iniciativa, bem como meu grande companheiro, grande Deputado, Parlamentar desta Casa, nosso Relator, Deputado Ney Lopes. Acho que posso até dizer que sou um tanto privilegiado, e parece que sou o último inscrito para me pronunciar. E depois de ouvir aí a palavra dos nobres pares que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu creio que está diante de nós uma grande tarefa, uma tarefa muito árdua, que, sem dúvida, vai demandar de todos nós uma dedicação muito grande. E eu tenho certeza de que os membros que compõem esta Comissão... Pude ver aqui pessoas da mais alta capacidade, como, por exemplo, o nosso Presidente, alguns médicos que compõem esta Comissão, o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, o Presidente da Comissão de Previdência Social desta Casa compondo esta Comissão. Uma demonstração de que a importância do tema que vai ser debatido, discutido, analisado por esta

Comissão é muito grande. E não resta a menor dúvida de que a sociedade espera uma resposta clara, contundente, real desta Comissão. Eu não tenho dúvida de que, neste momento em que o País está atravessando momentos difíceis, onde tem, caminhando nesta Casa, algumas CPIs, inclusive com os holofotes claros, brilhantes da nossa imprensa nacional mostrando o que existe por detrás de muitas coisas no nosso País, eu não tenho dúvida de que, na hora em que esta Comissão começar também a mergulhar neste mar de podridão que existe neste segmento que afeta diretamente a nossa sociedade, ela também terá um resultado brilhante e uma resposta à altura da nossa comunidade, do nosso povo. Resta-me apenas, como um Parlamentar jovem, iniciante aqui nesta Casa, me sobrestrar a uma cautela muito grande, porque o nosso operário, o nosso trabalhador, o nosso homem do campo, que ganha os seus míseros 136 reais, quando se dirige a uma farmácia, a um posto de venda de remédios, e compra ali um remédio que muitas vezes atinge 70%, 80%, ou até mesmo 100% do seu salário, ele espera uma resposta desta Comissão, onde ele espera que haja, de fato, uma redução dos preços dos remédios, e que possa melhorar o seu poder de ganho e o seu poder de consumo. E nós temos que ter uma cautela muito grande para não gerar essa expectativa diante da nossa sociedade, porque sabemos que a nossa atuação, por mais abrangente que seja, ela ainda é limitada. E nos resta apenas nortear uma solução jurídica ou até legislativa, a ponto de colocarmos uma resposta autêntica, que venha trazer o benefício à nossa sociedade. É com esta preocupação que entro nesta Comissão. E estou pronto para, junto aos nossos colegas, somarmos forças e trabalharmos em prol de atendermos, de fato, àquilo que nós queremos e que a sociedade espera de todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Deputado Neuton Lima, cujo entusiasmo e vontade de ajudar ficaram evidentes. E é disso que nós precisamos. Sabemos dos riscos, das dificuldades, mas também nós sabemos da importância do assunto, e que não nos era permitido ficarmos de braços cruzados diante de uma realidade que clamava aos céus para que alguém tomasse alguma iniciativa. E a Comissão está tomando essa iniciativa, e eu espero que cheguemos a bons resultados para a nossa população. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco uma reunião para a próxima quarta-feira, dia 24, às 14h, com a idéia de ouvirmos o Relator apresentar um roteiro de trabalho, analisarmos, debatermos e votarmos esse roteiro de trabalho, e

outras questões que se tornarem pertinentes aos interesses desta Comissão. Está encerrada a reunião. A próxima reunião será no Plenário 7, neste mesmo plenário. Muito obrigado a todos.